



Anais do XIV Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"

24 a 25 de setembro de 2020



Volume XIV, n. 2, set. 2020
ISSN: 1982-3657 | Prefixo DOI: 10.29380

**EIXO 2 - EDUCAÇÃO E INCLUSÃO. EDUCAÇÃO, INTERVENÇÕES SOCIAIS.
POLÍTICAS AFIRMATIVAS. EDUCAÇÃO NO CAMPO, MOVIMENTOS SOCIAIS.
EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS. EDUCAÇÃO PARA A PAZ.**

Editores responsáveis: **Veleida Anahi da Silva - Bernard Charlot**

DOI: <https://doi.org/10.29380/2020.14.02.76>

Recebido em: **27/08/2020**

Aprovado em: **07/09/2020**

EDUCAÇÃO ESPECIAL UMA REVISÃO DE LITERATURA SPECIAL EDUCATION A
LITERATURE REVIEW EDUCACIÓN ESPECIAL UNA REVISIÓN DE LA LITERATURA

SANDRA PAIXAO SANTOS ZICA
<http://orcid.org/0000-00021184-4212>

MARIA LÚCIA DA SILVA SOUSA

JENESSON CARLOS SANTOS REIS

Este artigo visa apresentar os recortes das reflexões teóricas escritas pelos autores, Souza (2017), Mantoan (2003) e Mendes (2006), com a intenção de identificar suas concepções e percepções sobre o Atendimento Educacional Especializado-(AEE), sobre professores da Educação Especial e a Sala de Recurso Multifuncional - (SRM). A pesquisa se deu através de uma revisão de literatura, a plataforma escolhida para os recortes dos artigos foi a Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE), que aborda o tema da Educação Inclusiva. Para lograr os objetivos propostos, fundamentamos o trabalho nos estudos de Gil (2008), que descrevem os estudos bibliográficos e abarcam fenômenos variados. No decorrer da investigação foi possível ver o avanço da educação especial e também a falta de propostas interventivas que reforcem as práticas pedagógicas dos educadores e as potencialidades dos educandos.

This article aims to present the clippings of the theoretical reflections written by the authors, Souza (2017), Mantoan (2003) and Mendes (2006), with the intention of identifying their conceptions and perceptions about the Specialized Educational Service (AEE), about teachers of the Special Education and the Multifunctional Resource Room - (SRM). The research took place through a literature review, the platform chosen for the clippings of the articles was the Brazilian Journal of Special Education (RBEE), which approach the theme of Inclusive Education. To achieve the proposed objectives, we founded the work on the studies of Gil (2008), which describe the bibliographic studies and cover varied phenomena. In the course of the investigation it was possible to see the progress of special education and also the lack of interventional proposals that reinforce the pedagogical practices of educators and the potential of students.

Este artículo visa presentar los recortes de las reflexiones teóricas escritas por los autores, Souza (2017), Mantoan (2003) e Mendes (2006), con la intención de identificar sus concepciones y percepciones sobre el Atendimento Educacional Especializado- (AEE), sobre los profesores de la Educación Especial y la sala de Recurso Multifuncional- (SRM). La investigación fue hecha a través de una revisión de la literatura, la plataforma escogida para los recortes de los artículos fue la Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE), que enfoca el tema de la Educación Inclusiva. Para lograr los objetivos propuestos, fundamentamos el trabajo en los estudios de Gil (2008), que describen los estudios bibliográficos y alcanzan fenómenos variados. En el decurso de la investigación fue posible ver el avance de la educación especial y también la falta de propuestas de intervención que refuercen las prácticas pedagógicas de los educadores y las potencialidades de los educandos

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa é parte integrante de um projeto desenvolvido através do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC), que tem como objetivo contribuir de forma significativa no processo de iniciação científica dos discentes da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Realizado na área da Educação Especial, sob o tema: “Concepções e Percepções acerca da Educação Inclusiva no município de São Cristóvão, Sergipe pelo olhar dos diferentes autores”. A pesquisa foi dividida em três diferentes planos de trabalho: revisão de literatura, gestores, diretores e professores, pais de crianças e adolescentes com filhos no Atendimento Educacional Especializado- (AEE).

Essa pesquisa foi desenvolvida inicialmente no município de Lagarto e atualmente está sendo realizada em São Cristóvão, possibilitando o mapeamento do sistema educacional inclusivo na rede municipal em Sergipe. O mapeamento visa manifestar as peculiaridades de cada município a fim de fomentar novas ações para que a inclusão seja de fato estabelecida no estado.

Destarte, a educação inclusiva perpassa por todos os âmbitos da educação e que deve ser pensada considerando todos os setores da sociedade, os quais são: esferas sociais, educacional, política e econômica. Esse olhar global voltado para educação inclusiva é fruto das inquietações de quem diariamente atua na educação de crianças com deficiência.

Todavia, pensar numa educação voltada para o educando exige uma ruptura de paradigmas, como bem escreveu Mantoan (2003, p.11), “A inclusão, portanto, implica mudanças desse atual paradigma educacional, para que se encaixe no mapa da educação”. Assim, para que as mudanças ocorram é preciso que haja inquietações geradoras de crises. São estes desconfortos desestabilizadores da mesmice que segundo a autora promoverá as rupturas necessárias para o engendramento de uma educação inclusiva efetiva.

Para tanto, se faz necessário que os atores envolvidos no processo educativo estejam cientes da importância das suas participações neste processo. Na percepção de Mantoan para empreender uma educação inclusiva em qualquer nível de formação acadêmica, é imprescindível que o educador esteja comprometido com o desenvolvimento do aprendiz. “Educar é empenhar-se por fazer o outro crescer, desenvolver-se, evoluir” (MANTOAN 2003. p.5).

Entretanto, a responsabilidade deve ser compartilhada de maneira equilibrada entre o Estado, sob o compromisso de ofertar recursos humanos e logístico para o

desempenho de uma educação inclusiva de qualidade; a família como sendo o primeiro espaço educativo dos indivíduos e os primeiros educadores; os professores devidamente preparados para atender as especificidades dos diferentes sujeitos e por último a sociedade nas diversas áreas e serviços.

Somente com o envolvimento de todos, é possível que a criança, o jovem ou adulto sejam preparados de forma digna para o exercício da sua cidadania de maneira plena como estabelece a Constituição Federal 1988.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Este trabalho se constitui numa pequena contribuição nesse universo de complexidades que é a educação inclusiva no Brasil.

Portanto, este artigo tem como objetivo geral, identificar a percepção dos vários teóricos envolvidos na educação especial e a inclusão através de uma revisão de literatura. Para o fundamento teórico metodológico o trabalho apoia-se nos estudos de Antônio Carlos Gil (2008), caracterizando-se como pesquisa bibliográfica.

Os benefícios em trabalhar com esse tipo de método “reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 2008 p.50). Foi realizado um levantamento de referências teóricas, possibilitando o recolhimento de conhecimentos prévios sobre o objeto do estudo. Diante disso:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográfica. (GIL, 2008 p.50)

Dessa mesma forma a pesquisa bibliográfica vale-se principalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado conteúdo. Sendo assim, pensando em proporcionar uma escola inclusiva e democrática, na presente revisão de literatura visamos analisar artigos que abordem a temática da inclusão, assim como mostrar a percepção que os professores gestores têm do processo inclusivo. A partir de análises das contribuições que os autores envolvidos nesse processo oferecem para a educação especial podemos compreender os desafios e progressos conquistados, fazendo com que a educação inclusiva se torne de fato, possível, viva e funcional através das Salas de Recursos Multifuncional (SRM) nas escolas. Por isso reconhecemos a importância quanto ao serviço prestado, e o funcionamento do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e os resultados dessa política educacional inclusiva.

A plataforma selecionada para a pesquisa dos artigos foi a Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE), pois entre os veículos de divulgação de pesquisas relacionadas a área de Educação Especial no nosso país, a RBEE possui uma grande relevância devido ao seu controle rigoroso de qualidade dos trabalhos publicados. Ao realizar a pesquisa na base da RBEE foram utilizadas as palavras-chave: ‘atendimento educacional especializado’; ‘educação inclusiva’; ‘revisão de literatura’ e ‘sala de recursos multifuncional’, a partir desse levantamento, foram selecionados os textos elencados nos resultados e discussões.

A pesquisa foi desenvolvida em três momentos distintos: em primeiro lugar foram organizadas as reuniões para apresentação dos temas e suas respectivas relevâncias para a educação; no segundo momento foi realizada a seleção cuidadosa dos artigos e periódicos que subsidiaram a pesquisa; no terceiro momento foram realizadas as leituras, fichamentos e resumos para uma melhor compreensão dos temas.

O artigo está estruturado em introdução, três seções: a primeira seção apresenta a História da Educação Inclusiva sobre a Percepção dos autores Souza (2017), Mendes (2006), e Mantoan (2003); a segunda explica os preâmbulos da Educação Inclusiva a nível de Brasil e Sergipe; a terceira seção discorre sobre a Educação Especial como uma Modalidade de Educação Escolar. Esta seção, elenca três subseções as quais são: a) A importância da Especialização do Professor da Educação Inclusiva; b) O atendimento Educacional Especializado; c) A Percepção dos Profissionais da Sala de Recurso Multifuncional. Finalmente, para encerrar a pesquisa é concluída com as considerações finais dos pesquisadores.

1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Souza (2017) em seus estudos nos revela o percurso da história da humanidade e para que, a educação inclusiva conseguisse chegar à pessoa com deficiência, foi preciso enfrentar um processo de descaso, lutas, dores e conquistas. A autora ainda revela que nesse contexto, a participação da sociedade civil e religiosa sempre esteve presente, mas, com um pensamento distorcido sobre as deficiências existentes. Em seus relatos ela diz que o sacrifício de crianças com deficiência ainda acontece em várias culturas inclusive no Brasil, entre várias tribos (SOUZA,2017 p.26).Visto que todas as pessoas com deficiência sejam elas quais forem eram separadas do convívio social, sobre o respaldo da religião católica por entender que a deficiência era adquirida devido o pecado transmitida de geração a geração.

Assim sendo, o abandono das pessoas com deficiência ou quaisquer outro sinal de deficiência favorecia inevitavelmente para a exclusão.

Esse pensamento foi sendo modificado processualmente tendo a contribuição das famílias e amigos que lutavam pelos direitos da pessoa com deficiência. No Brasil nos anos de 1920 o serviço prestado à pessoa com deficiência era assistencialista. Em Sergipe também não foi diferente a segregação estava visível com o entendimento de que a pessoa com deficiência seria bem cuidada se estivesse separada do convívio social. Em suas pesquisas Souza (2017), evidencia sua finalidade:

Essa instituição foi chamada de Asilo de Mendicidade Rio Branco, instituído em 1º de outubro de 1911, com sede em Aracaju, cujos estatutos foram aprovados pelo Ato nº121, de 26 de julho de 1912, passando a ter a denominação de asilo Rio Branco, com a finalidade beneficente de acolher e amparar: a) pessoas desamparadas de recursos para subsistência; b) pessoas idosas que não disponham de quem delas passa cuidar; c) pessoas idosas que mesmo dispondo de suficientes recursos financeiros e não totalmente desamparadas, necessitem de assistência especial, além da possível na vida familiar comum; d) beneficiários idosos de instituições previdenciárias conveniados, encaminhadas pelos respectivos Centros de Serviços Sociais ou órgãos similares. (SOUZA,2017, p. 62)

Com o avanço do sistema político e educacional, os pais amigos das crianças com necessidades educacionais especiais (NEE) sentiram a carência de uma mudança, ao trabalhar com as diversas deficiências existente.

A instauração da educação especial como prioridade ocorreu através do I Plano Setorial de Educação e Cultura no contexto dos anos de 1972 a 1974, neste percurso, no ano de 1973 fora promulgado o Decreto 72.425 que dá a luz à existência do Centro Nacional de Educação Especial (Cenesp). De acordo com MENDES (2006, p. 100), “este seria o primeiro órgão do governo federal, responsável pela definição de educação especial”.

Após o governo militar a educação toma novos rumos, é o que descreve Mendes (2006). A autora afirma que sob a égide Constituição Federal Brasileira de 1988, foram traçadas metas de erradicação do analfabetismo, a universalização do atendimento escolar, melhorias na qualidade do ensino e a implementação na formação do professor (MENDES 2006, p.101).

A autora também expressa que foi só com o fortalecimento das bases para filosofia na modalidade da integração que sua ideologia se tornou mundialmente conhecida em 1970.

A integração desses alunos no sistema regular de ensino tem como objetivo promover a diversidade nas escolas regulares, estimulando o respeito aos diferentes, a troca de conhecimento e o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com deficiências para o pleno exercício da cidadania.

Em suas pesquisas Mendes (2006) aponta que o “conceito de integração escolar, por razões históricas parece ter assumido o segundo sentido, que seria o da mera colocação de pessoas consideradas deficientes numa mesma escola, mas não necessariamente na mesma classe”. (MENDES, 2006, p.392)

Concordando com Mendes, Mantoan (2003) explica que, a quantidade de alunos com deficiência integrado na escola era em pequeno número, mesmo assim a educação ofertada não atendia às individualidades dos alunos. Mantoan afirma, que a falta de profissionais qualificados, materiais recursos precário evidenciava o descaso do poder público.

Segundo a autora, os serviços educacionais ofertados, possuíam um caráter de inserção parcial:

Nas situações de integração escolar, nem todos os alunos com deficiência cabem nas turmas de ensino regular, pois há uma seleção prévia dos que estão aptos à inserção. Para esses casos, são indicados: a individualização dos programas escolares, currículos adaptados, avaliações especiais, redução dos objetivos educacionais para compensar as dificuldades de aprender. Em suma: a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências. (MANTOAN, 2003 p.15)

Foi só a partir dos anos de 1990, com a participação dos países estrangeiros em uma conferência mundial pela Educação Inclusiva que a pessoa com deficiência passa a ter maior visibilidade na busca da igualdade de condições ofertadas:

“O Brasil fez uma opção pela construção de uma educação inclusiva ao concordar com a Declaração Mundial de Educação para todos em Jomtien Tailândia, e ao mostrar consonância com os postulados produzidos em Salamanca Espanha, 1994 na conferência Mundial sobre necessidades Educacionais Especiais”. (BRASIL, 2001 p. 14).

Interesse esse suscitado pela educação inclusiva devido ao crescente número de crianças analfabetas em nosso país. Dessa forma a meta da inclusão é diferente da integração segundo Mantoan (2003), “[...]O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído, e o mote da inclusão, ao contrário, é o de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar” (p.16). A escola inclusiva traz um novo paradigma e uma reestruturação em seu sistema educacional.

A declaração de Salamanca foi de fundamental importância, trazendo maior visibilidade e chance para que as crianças com deficiência tivessem maior condição de igualdade no contexto escolar.

Além disso a educação inclusiva foi efetivada através da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) de (Nº 13.146/2015). Para que todos os envolvidos tivessem conhecimento e trabalhassem conjuntamente possibilitando o funcionamento de uma rede de apoio e atenção às pessoas com necessidades educacionais especiais.

Como mostra no Art. 1º, “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o

exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”. (BRASIL, 2015.p1).

2 EDUCAÇÃO ESPECIAL UMA MODALIDADE DA EDUCAÇÃO ESCOLAR

Entende-se por educação especial de acordo com a resolução CNE/CEB nº2 de 2001 traz a definição de educação especial no Art. 3º:

A educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica. (BRASIL, 2001 p.1)

Essa reestruturação sofrida no sistema educacional precisou se recriar e superar o engessamento do ensino sistematizado. Posto que não aceita mais a recusa das escolas quanto a matrícula no ambiente regular de ensino como nos diz na Lei nº 12.764 no art. 7º. O gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com Transtorno do Espectro Autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários-mínimos (BRASIL,2012 p.1).

No entanto a promulgação da lei traz a penalidade estabelecida pela não aceitação da criança com deficiência causando uma mascarada inclusão. Os resultados da pesquisa de Gomes (2010) mostram que; as estratégias utilizadas pela prefeitura parecem favorecer a frequência dos alunos com autismo, porém há evidências de que eles participam pouco das atividades da escola, a interação com os colegas é escassa e a aprendizagem de conteúdos pedagógicos é limitada.

No que estabelece as diretrizes de educação nacional; os sistemas de ensino assegurar aos educandos com necessidades especiais; I-currículos, métodos técnicas, recursos educativos e organizações específicas para atender às suas necessidades (BRASIL, p12).

A imposição do sistema educacional tradicional de currículo que mede o aprendizado do aluno pela quantidade de conteúdos absorvidos, oculta a qualidade do ensino ofertado. Mantoan (2003) afirma que, “o ensino básico, como um todo, é prisioneiro da transmissão dos conhecimentos acadêmicos e os alunos, de sua reprodução, nas aulas e nas provas” (p.27).

No entanto essa anti democratização dos conteúdos traduz-se de forma engessada, e faz com que os professores organizem seu trabalho pedagógico sem levar em consideração a individualidade de cada criança o seu contexto sociocultural.

Isso acontece porque os professores estão mais preocupados com o conteúdo a ser ensinado, com as metodologias aplicadas na sala de aula e a avaliação. Esse fazer pedagógico ao molde tradicional, impede o educador de se apropriar de novas formas de mediar o conhecimento. No entanto na escola inclusiva, as práticas devem atender à diversidade da turma, independentemente da existência de alunos com deficiência ou não.

“Entende que a aprendizagem é uma construção, que vai ocorrendo paulatinamente, de acordo com a singularidade de cada aluno” (SANTOS,2015 p. 399).

Compartilha desse pensamento em seus estudos com tema “as concepções sobre inclusão escolar e interações em ambientes inclusivos: uma revisão de literatura” Silveira (2012) evidenciou, a falta de preparo dos professores em lidar com os alunos com necessidades educacionais especiais, e ausência de uma metodologia didática pedagógica transdisciplinar que atendesse a diversidade existente em sala de aula, se constitui um sério problema.

Santos (2015) concorda com a percepção de Silveira (2012) sobre as escolas inclusivas quando afirma que elas precisam de investimento para a capacitação dos professores, precisam passar por uma adequação nos currículos, nas salas, de maneira que atenda variadas especificidades. Todos esses esforços devem ser em conjunto com os professores das Salas de Recursos Multifuncional e as famílias. A autora afirma que a educação inclusiva só irá atingir seus objetivos se tiver ações conjuntas entre escola e família na busca do fortalecimento das práticas pedagógicas por um ensino democrático e inclusivo.

3 A IMPORTÂNCIA DA ESPECIALIZAÇÃO DO PROFESSOR DENTRO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Apesar de vários acontecimentos que corroboram com a sinalização de algumas evoluções importantes acerca da inclusão escolar, é evidente que ainda nos encontramos muito aquém de um patamar que deveras possamos ter grande orgulho.

Mas com todas as limitações e barreiras que sabemos existir, não podemos de forma alguma afirmar que estagnamos na idade média, ou tão pouco que estamos em processo de retrocesso, tal afirmativa seria até uma desvalorização às conquistas até agora alcançadas.

O processo de inclusão educacional deu alguns passos, muitas vezes desordenados com um simples objetivo de cumprir uma legislação específica. Mas nada disso é de um todo ruim, tais atitudes nos admoestam no sentido de que a forma de inclusão que estamos tentando implementar é apenas uma forma que busca normatizar o processo, para que pelo menos através de números possamos apaziguar um sentimento de impotência e despreparo.

Este processo de Inclusão dentro da escola vai além do cumprimento de normas e regras, tornando-se realmente inclusivo somente quando aqueles que ficam à frente, ou seja, os educadores possam ser capazes de fazer com que os alunos tenham “[...] as suas singularidades respeitadas, desenvolvidas e integradas às do grupo que o receber” (FABRICIO, SOUZA E GOMES, 2007).

Para que a inclusão seja real, é preciso que o investimento na formação continuada dos professores seja prioridade. É através de educadores motivados a buscarem constantemente novas habilidades que reconheça as especificidades das diferentes deficiências, e compreenda a psique humano, que possibilitará aos educandos um ensino-aprendizagem que os alcance na sua totalidade. “É imprescindível um suficiente conhecimento de teorias sobre aspectos relacionados ao funcionamento psíquico do ser humano” (FABRICIO, SOUZA E GOMES, 2007).

Através da capacitação pode ocorrer uma mudança no olhar no professor, tornando-o mais observador diante das necessidades do seu aluno, que precisa de um atendimento diferenciado, esse olhar facilitará o educador ter uma melhor forma de avaliação possibilitando ao mesmo, mensurar o quanto o aluno está conseguindo assimilar dos conteúdos abordados em sala, e dessa forma possa mapear suas dificuldades e assim traçar planejamentos assertivos e direcionados.

Finalmente, o que irá assegurar a evolução dentro do processo de inclusão escolar é sem sombra de dúvidas a capacitação daqueles que se encontram a frente desse processo, despertando neles a busca de uma aprendizagem mútua, comum a uma educação libertadora, impossibilitando assim ao aluno com deficiência que possa ser tratado como um indivíduo incapaz tendo apenas importância

numérica para o patamar estatístico de cumprimento da legislação.

3.1. A ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

O surgimento da educação inclusiva desafia o sistema educacional a conviver com as múltiplas diferenças existente em nossa sociedade. No entanto o marco dessa conquista foi promulgado em 2008 com a implementação da Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da educação Inclusiva. Mas também surgiu a necessidade de se criar um espaço para estimula a criança com deficiência, a aprender através de suas potencialidades.

O que seria o oposto dos conteúdos existentes no ensino regular. O suporte oferecido às necessidades educacionais especiais dos alunos veio com a criação da Lei de Diretrizes e Base da Educação que garante a criação do Atendimento Educacional Especializado e sua oferta gratuita. Esse atendimento é oferecido nas Salas de Recursos Multifuncionais, as crianças. A oferta deste serviço destaca-se segundo a Resolução CNE/CEB 4/2009 no o Art. 5º em:

O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios. (BRASIL, 2009 p.)

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) ofertado às crianças servirá com um apoio pedagógico onde terá uma ligação entre a sala de ensino regular e a Sala de Recursos Multifuncional (SRM). Na busca de suscitar o que a criança conhece e maximizar suas potencialidades por meio de recursos intencões que ajude a criança com deficiência a ter independência no seu processo de aprendizagem.

Além disso o tempo desse atendimento será determinado pela necessidade e avanço demonstrado pelas crianças. O público alvo do (AEE) são: I-Alunos com deficiência; II-Alunos com transtornos globais do desenvolvimento; III-Alunos com altas habilidades/superdotação. Esse atendimento ofertado deve ser realizado no contraturno do ensino regular em uma escola mais próxima de sua residência que tenha o Atendimento Educacional Especializado (BRASIL,2009). Do mesmo modo esse serviço não deve ser ofertado de forma assistencialista ou ser considerado como um reforço escolar.

Lopes (2012) aponta que o tipo de trabalho desenvolvido não pode ser confundido com reforço escolar ou repetição de conteúdos curriculares da classe regular, ele é um espaço de desafio no qual o aluno, com deficiência, encontra condições necessárias para o desenvolvimento do processo de aprendizagem, com vistas à superação de seu próprio limite, em busca da verdadeira inclusão.

Isto é o professor fará a intervenção junto a comunidade escolar referente ao processo de aquisição da aprendizagem das crianças nas suas múltiplas deficiências.

Segundo a Resolução da CNE/CEB 4/2009 no Art. 13 os professores devem ter formação específica para atuar na educação especial e nas suas funções lhe serão atribuídas:

I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos da Educação Especial; II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade; III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais; IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola; V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade; VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno; VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação; VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares (BRASIL, 2009 p.3).

Por essa mesma razão que professores, gestores e as famílias precisam estar engajadas no processo educacional inclusivo. Embora se saiba que as dificuldades enfrentadas nas escolas, sejam desafiadoras e pode perpassar por problemas como a falta de estruturas arquitetônicas adaptadas, modificação atitudinal, problemas de cunho econômico político social e educacional.

Ainda é através da implementação da política do Atendimento Educacional Especializado, que as crianças com deficiência conseguiram ter maior visibilidade no processo de aquisição do aprendizado. Nos estudos realizado por Calheiros (2014) salienta de que forma o atendimento pode crescer; urge a necessidade de políticas/ações que promovam não somente a melhoria da formação profissional especializada para o AEE e das condições de infraestruturas do espaço escolar, mas principalmente a valorização e o fortalecimento de um sistema municipal de educação que, por muito tempo, vem sofrendo com o descaso de más administrações públicas. Igualmente suscitado por autores como Marquezine e Lopes (2012); Funcke cordeiro (2015); Silva (2019); Tavares (2016); Queiroz (2019) esses autores apresenta a efetivação do atendimento educacional no contexto escolar possibilitando aos alunos ultrapassa as barreiras impostas pelas múltiplas deficiências.

3.2. PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL

Antes de falarmos sobre a percepção dos professores da sala de recursos multifuncional, é de suma importância discorrermos sobre o que é esta sala, como está organizada e como o professor do AEE desenvolve seu fazer pedagógico neste espaço. A implantação das salas de recursos multifuncionais foi implantada pelo MEC/ SECADI, por intermédio da Portaria Ministerial de nº 13/2007 que estabelece todos os parâmetros para a criação das salas de recursos multifuncionais.

O Documento Orientador do Programa Implantação da Sala de Recurso Multifuncionais do Ministério da Educação (2012), apresenta todas as diretrizes para implementação das salas de recursos e os atores que dela farão uso. De acordo com o documento, as salas serão equipadas com equipamentos eletrônicos, mobílias e materiais pedagógicos variados (p, 15).

O documento explicita como o professor deve atuar em sala de aula de acordo com a clientela. Nesse ponto, percebe-se a complexidade da atuação do professor da sala de recursos multifuncional, pois, atender às mais variadas necessidades que os diversos alunos demandam, requer do professor da sala de recursos muito esforço, e sobretudo educação continuada nas diversas especialidades. O que estes

professores têm a dizer a respeito da sala de recursos multifuncionais deve servir de indicativo para melhorias dos espaços e dos recursos.

Carneiro e Leite (2017) afirmam na sua pesquisa que os investimentos em Atendimento Educacional Especializado têm sido significativos. Entretanto, ele afirma que: O professor da sala de aula regular possui alunos com necessidades de atendimento especializado e que essa especialização deve ser estendida o diálogo entre o professor da sala de recursos e o da sala regular deve ser contínua, a fim de atender o educando nas suas especificidades.

Os autores corroboram a importância da ampliação do Atendimento Educacional Especializado para todos os educadores e uma maior articulação entre os gestores, professores e pais. (CARNEIRO e LEITE 2017, p.240). Sem a ampliação dessa especialização e o envolvimento desses sujeitos e torna inviável um ensino inclusivo de qualidade.

Batista (2011, p.67) explica a importância da sala de recursos multifuncionais e ressalta a importância da parceria do professor especializado e o professor da sala comum para o diagnóstico do aluno com necessidade de atendimento educacional especializado. Segundo o autor, esse olhar cuidadoso de ambos os profissionais evitará erros de prognósticos. O autor conclui que há significativas vantagens na utilização da sala de recursos dentre elas estão as atividades com pequenos grupos e sala com funções plurais, que propiciam a atuação de diferentes profissionais especializados na área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude das leituras analisadas na literatura da área, foi possível refletir sobre a funcionalidade do Atendimento Educacional Especializado-(AEE) nas Sala de Recursos Multifuncional- (SEM). Sendo o primeiro contato da educação especial nas escolas esse serviço prestado precisa ser mais divulgado como suas práticas pedagógicas, ações e intenções seus acertos e erros precisam ser, mas discutidos nos projetos políticos pedagógicos.

Com a participação de professores gestores pais e crianças com deficiência mostrando que tipo de educação está sendo ofertada e quais os objetivos propostos para chegar em uma educação em condições de igualdade. Essas interações e discussões possibilitam a preparação para um futuro de formação continuada do professor, e proporcionam os subsídios necessários para que o profissional que já atua na educação básica se sinta capacitado diante das demandas do cotidiano da sala de aula.

Entre os autores pesquisados, percebemos alguns pontos interessantes que devem ser ressaltados. O primeiro, é a importância da formação continuada do professor que presta assistência na sala de recursos multifuncional. O segundo, seria a ampliação da formação especializada ser estendida a todos os professores, proporcionando uma capacidade maior e melhor no atendimento dos educandos com necessidades especiais.

De acordo com os textos lidos, a educação especial e as salas de recursos multifuncionais, variam bastante, exigindo especialidades diversificadas nestes espaços. Outro fator preponderante está situado na importância que os representantes políticos das esferas estaduais e municipais percebem a educação especial.

Além disso, essa modalidade de ensino que deve ser um apoio e não a substituição da sala comum, perpassa pelos gestores escolares, professores, educandos, famílias e acrescentamos ainda, a sociedade em seu entorno. Portanto, vislumbramos que as pesquisas que envolvem a educação especial especializada e a sala de recursos multifuncional ainda renderá profícuas discussões até alcançarmos o êxito pretendido sobre a educação especial inclusiva e a sala de recursos multifuncional.

REFERÊNCIAS

BATISTA, C.R. Ação Pedagógica e Educação Especial: A Sala de Recursos como Prioridade na O: Especializados. **Revista Brasileira de Educação Especial**. v.17. n.1. Marília: Maio - Agosto, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais Para a Educação Básica. **Secretaria de Educação I** DF, MEC, SEEP, 2001. p.79.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB 4/2009. **Diário Oficial da União**, Brasília, de 2009, Seção 1, p. 17.

BRASIL. Conselho nacional de educação. Resolução CNE/CEB 2/2001. **Diário Oficial da União**, Brasília, D de 2001. Seção 1E, p. 39-40.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos do Transtorno do Espectro Autista e altera o § 3º do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Diário** Brasília, DF, 28 dez. 2012.

CALHEIROS, D. S.; FUMES, N. L. F. A Educação Especial em Maceió/Alagoas e a Implementação Atendimento Educacional Especializado. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 20, n. 2, p. 2-2014.

CARNEIRO. S. F.; LEITE. I. Inclusão Escolar: Uma Abordagem sobre as Salas de Recursos Multifuncionais. Percepções de Gestores, Professores e Pais. **Revista Includere**, v.3. n.1, p. 233- 241, Out.- Nov., 2017.

GLAT, Rosana. O Papel da Família na Integração do Portador de Deficiência. **Revista Brasileira de Educação**

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, C.G.S.; MENDES, E.G. Escolarização Inclusiva de Alunos com Autismo na Rede Municipal de Ensino. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.16, n.3, p.375-396, Set. Dez., 2010.

LOPES, E.; MARQUEZINE, M. C. Sala de recursos no processo de inclusão do aluno com deficiência intelectual dos professores. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 18, n. 3, p. 487-506, Jul.-Set., 2012.

MANTOAN, T. E. G. **Inclusão Escolar: O Quê é? Por quê? Como Fazer?** 1.ed. São Paulo: ed. Moderna, 2003

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação** 387-405, 2006. Disponível

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=430-constituicao-de-1988> Acesso em 16 de agosto de 2020.

SANTOS, T.C.C. & MARTINS, L.A.R. Práticas de Professores Frente ao Aluno com Deficiência Intel Regular. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 21, n. 3, p. 395-408, Jul.-Set., 2015.

SILVA, T. V. **Inclusão Escolar**: Relação família-Escola. Formação de Professores, Complexidade e T PUCPR. Educare, 2015.

SILVEIRA, Kelly Ambrósio; ENUMO, Sônia Regina Fiorim; ROSA, Edinete Maria. Concepções de professo escolar e interações em ambiente inclusivo: uma revisão da literatura. **Revista brasileira de educação espec** 695-708, 2012.

SOUZA, R. de C. S. **Educação especial em Sergipe (Séc. XX)**: uma trajetória de descaso, lutas, dores e co Criação Editora, 2017.

